

Instituto Gerando Falcões

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Conselheiros do
Instituto Gerando Falcões
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Gerando Falcões (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto mencionado no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Gerando Falcões em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme notas explicativas 3m e 12, a Entidade possui parte de suas atividades de projetos de patrocínios institucionais realizadas por trabalhos voluntários. A Entidade não observou as disposições requeridas nas práticas contábeis adotadas no Brasil que requer o reconhecimento de trabalho voluntário durante o período do serviço prestado ao valor justo, em contrapartida as correspondentes despesas de patrocínio. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, a Entidade não nos forneceu os controles subsidiários ou a análise do valor desses serviços voluntariados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar a necessidade de eventuais ajustes em receitas e despesas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, assim como nas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

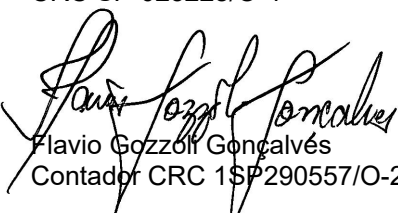


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de setembro de 2018

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/O-4



Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Instituto Gerando Falcões

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	476.703	353.276	Fornecedores		1.227	1.293
Recursos vinculados a projetos	5	371	498.000	Salários, férias e encargos sociais		45.257	20.998
Contas a receber	6	276.251	2.000	Impostos e contribuições a recolher		3.406	11.879
Adiantamentos		9.782	3.807	Adiantamentos		15.000	-
Impostos a compensar		1.023	-	Projetos a executar	8	371	498.000
Despesas antecipadas		25.232	-	Receitas diferidas	9	113.333	-
Total do ativo circulante		789.362	857.083	Total do passivo circulante		178.594	532.170
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	7	840.277	211.327	Bens recebidos em doações a apropriar	7	736.434	101.483
Total do ativo não circulante		840.277	211.327	Total do passivo não circulante		736.434	101.483
				Patrimônio líquido	10		
				Patrimônio social		-	-
				Superávits acumulados		714.610	434.757
				Total do patrimônio líquido		714.610	434.757
Total do ativo		1.629.638	1.068.410	Total do passivo e patrimônio líquido		1.629.638	1.068.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Gerando Falcões

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas operacionais			
Atividades			
Receita com doações	11	1.416.648	1.331.849
Receita com contrato incentivado	8	373.839	325.165
Receitas de projetos e patrocínios institucionais	12	1.026.318	719.191
Receita de serviços		66.589	-
Receita com trabalho voluntário	13	7.329	8.907
Outras receitas		<u>11.218</u>	<u>-</u>
		2.901.942	2.385.112
Despesas operacionais			
Despesas com projetos			
Despesas com serviços de terceiros	14	(305.823)	(195.990)
Despesas com materiais de consumo	15	(116.682)	(107.276)
Despesa com projeto incentivado	8	(373.839)	(325.165)
Despesas com projetos e patrocínios		(725.609)	(719.191)
Despesas com trabalho voluntário	13	<u>(7.329)</u>	<u>(8.907)</u>
		(1.529.282)	(1.356.529)
Despesas Administrativas			
Despesas com pessoal	16	(409.803)	(290.463)
Despesas com sede, administrativas e gerais	17	(639.656)	(397.947)
Despesas tributárias		(17.857)	(16.934)
Outras despesas		<u>(12.741)</u>	<u>-</u>
		(1.080.058)	(705.344)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>292.602</u>	<u>323.239</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		24.882	-
Despesas financeiras		<u>(37.630)</u>	<u>(13.917)</u>
		<u>(12.748)</u>	<u>(13.917)</u>
Resultado do exercício		<u><u>279.853</u></u>	<u><u>309.322</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Gerando Falcões

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	279.853	309.322
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>279.853</u>	<u>309.322</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Gerando Falcões

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016 (não auditado)	-	125.435	125.435
Superávit do exercício	-	309.322	309.322
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	434.757	434.757
Superávit do exercício	-	279.853	279.853
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	714.610	714.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Gerando Falcões

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	279.853	309.322
Depreciação e amortização	19.296	22.538
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	497.629	(113.760)
Contas a receber	(274.251)	(2.000)
Adiantamentos	(5.975)	2.193
Impostos a compensar	(1.023)	-
Despesas Antecipadas	(25.232)	-
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores	(66)	1.293
Projetos a executar	(497.629)	113.760
Salários, férias e encargos sociais	24.259	15.302
Impostos e contribuições a recolher	(8.472)	(25.582)
Adiantamentos	15.000	-
Receitas diferidas	113.333	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	136.723	323.066
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(28.096)	(90.603)
Baixa de Imobilizado	14.800	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	(13.296)	(90.603)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	123.427	232.463
No início do período	353.276	120.813
No fim do período	476.703	353.276
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	123.427	232.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

O Instituto Gerando Falcões (“Entidade”), é uma Entidade civil sem fins lucrativos, tem como objetivos, executar a transformação social e mudar a realidade da comunidade, atuando no desenvolvimento e gestão de programas, pesquisas, projetos, bens, espaços e equipamentos culturais e educacionais. Valorizando a Cultura em suas múltiplas expressões, busca facilitar o acesso democrático ao conhecimento, estimular a reflexão e a criação artística e a preservar e divulgar bens culturais e históricos como instrumentos de valorização da identidade e da diversidade.

Fundado em 02 de janeiro de 2013, com início das atividades em 25 de junho de 2013, o projeto da entidade é promover e divulgar atividades de caráter técnico científico, educativo, cultural, filantrópico, técnico agrícola, ecológico e de responsabilidade e assistência social, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, que promovam o desenvolvimento social e econômico e combatam a pobreza, bem como atividades de ações de voluntariado; incentivar profissionais, empresas e instituições a praticarem atos solidários.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de setembro de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 3.c (ii)** - vida útil do ativo imobilizado;

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e outros ajustes que lhe deram origem.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e outros ajustes que envolvam recursos públicos, são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados e as despesas correspondentes são reconhecidas, nesse mesmo momento ocorre o reconhecimento de receita em igual valor em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar. A liquidação financeira das despesas é reconhecida em contrapartida ao crédito de recursos vinculados a projetos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*Impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Software	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamento de som	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Provisões, passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, o Imposto sobre Operação de Crédito e tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

i. Receitas com projetos e patrocínios institucionais

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade possui parte de suas atividades realizadas por projetos e patrocínios que são registrados pelo valor justo na receita operacional das atividades em contrapartida as despesas operacionais das atividades. Em 31 de dezembro de 2017 a Entidade registrou o montante de R\$ 1.026.318 (R\$ 719.191 em 2016) referente a receita de projetos e patrocínios.

j. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2018, as quais não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Entidade em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Entidade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Entidade fará no futuro. A nova norma exigirá que a Entidade revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não foi efetuada.

IFRS 15 Revenue from contracts with customers (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Entidade ainda não efetuou uma avaliação do potencial impacto da adoção da IFRS15 em suas demonstrações financeiras.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Entidade não iniciou uma avaliação do potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2017	2016
Caixa	4.397	4.087
Bancos	-	39
Aplicações Financeiras	<u>472.306</u>	<u>349.150</u>
	476.703	353.276

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 102% a 97,5% do CDI - Certificado de depósito Bancário em 2017 e 2016.

5 Recursos Vinculados a Projetos

	2017	2016
Projeto PRONAC 26869-0	371	-
Projeto MINC 26867-4	-	365.000
FUMCAD - PRONAC: 163627	-	133.000
	371	498.000

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e em passivos relacionados a estes projetos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.

Todos os projetos acima mencionados trata-se de Lei Rouanet, verba direcionada a cultura.

6 Contas a receber

	2017	2016
Duplicatas a receber	2.854	2.000
Contratos a receber	20.300	-
Cartões a receber (a)	253.097	-
	276.251	2.000

(a) Contas a receber de cartões refere-se a doações captadas por meio da modalidade de cartão de crédito.

7 Imobilizado

	Software	Móveis e utensílios	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos proc. De dados	Equipamentos som e luz	Benfeitorias de imóveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	9.046	37.000	-	2.400	4.383	-	52.829
Adições por doação (a)	-	84.712	-	-	15.571	1.200	-	101.483
Adições por aquisições	-	30.556	-	-	8.955	18.704	32.388	90.603
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	124.314	37.000	-	26.926	24.287	32.388	244.915
Adições por doação (a)	747.649	2.000	-	-	8.698	-	-	758.347
Adições por aquisições	-	2.264	-	16.992	8.840	-	-	28.096
Transferências	-	-	-	42.435	(18.148)	(24.287)	-	-
Baixas	-	-	(37.000)	-	-	-	-	(37.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	747.649	128.578	-	59.427	26.316	-	32.388	994.358
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(572)	(9.250)	-	(1.228)	-	-	(11.050)
Adições	-	(7.771)	(7.400)	-	(1.957)	(2.264)	(3.146)	(22.538)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(8.343)	(16.650)	-	(3.185)	(2.264)	(3.146)	(33.588)
Adições por doação	(112.147)	(12.288)	-	3.656	(2.617)	-	-	(123.396)
Adições	-	(373)	(5.550)	(6.239)	(649)	-	(6.485)	(19.296)
Baixas	-	-	22.200	-	-	-	-	22.200
Transferências	-	-	-	(4.541)	2.277	2.264	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(112.147)	(21.005)	-	(7.124)	(4.174)	-	(9.631)	(154.081)
Em 31 de dezembro de 2016	-	115.971	20.350	-	23.741	22.023	29.242	211.327
Em 31 de dezembro de 2017	635.502	107.573	-	52.303	22.142	-	22.757	840.277

- (a) Refere-se a bens recebidos em doação oriundos de projetos incentivados (doação de bens a apropriar), sendo a receita relacionada a esse ativo depreciable, reconhecida no resultado ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação.

8 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	2017	2016
Projetos a Executar	371	498.000
	371	498.000

- **Valores recebidos/repasses** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

Descrição Custo	Saldos em 31.12.2016	Valores Recebidos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Devolução	Saldos em 31.12.2017
Projeto MINC 163627(a)	365.000	-	9.210	(373.839)	-	371
FUNCAD (b)	133.000	-	-	-	(133.000)	-
Total projetos a executar	498.000	-	9.210	(373.839)	(133.000)	371

- (a) **MINC PRONAC 163627** - Plano Anual de Atividades - IGF (2017) Processo: 01400216218201618 - O projeto tem como objetivo realizar um Plano Anual de atividades, o qual contará com oficinas de dança, coral, teatro, artes/pintura e percussão para crianças e adolescentes do município Poá-SP e cidades circunvizinhas, a fim de trazer a estas uma oportunidade única de ter acesso ao desenvolvimento cultural gratuito. Consumo: Durante o exercício, o empenho dos valores captados foram realizados em: folha de pagamento para a execução dos projetos, custo com refeição e limpeza do Pólo onde são realizadas as oficinas Pré-produção / Preparação (15% da verba), Produção/ Execução (70% da verba), Custos/ Administrativos (15% da verba).
- (b) **MINC FUMCAD 26867-4**- Trata-se de apoio ao projeto “Polo Esportivo e Cultural” (doravante denominado “Projeto”) do Instituto Gerando Falcões, o qual foi inscrito e aprovado junto ao CMDCA do Município de Poá para recebimento de incentivo fiscal através do FUMCAD e consistiu na realização de oficinas de práticas e atividades esportivas e atividades culturais O projeto foi concluído ao longo do exercício de 2016 e o montante residual devolvido no exercício de 2017.

9 Receita Diferida

	2017	2016
Doações e parcerias	13.333	-
Patrocínios	100.000	-
	113.333	-

Ao longo de 2017, algumas grandes empresas e associações firmaram contrato com o Instituto Gerando Falcões para apoiarem ou patrocinarem a organização ou oficinas e cursos no âmbito cultural, esportivo e qualificação profissional. Parte da receita destes contratos são considerados receita diferida dado o período de vigência do contrato e valores a serem realizados.

A Associação Brazil Foundation e IS LOG & SERVICES LTDA, firmaram termo de parceria e patrocínio com o Instituto Gerando Falcões, no valor de R\$ 80.000, com o objetivo de apoiar e patrocinar o projeto Polo Esportivo e Cultural. O projeto oferece oficinas de dança, boxe, futsal, tênis, teatro, pintura e coral.

A Barry Callebaut Brasil Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios LTDA, firmou termo de patrocínio com o Instituto Gerando Falcões, no valor de R\$ 20.000, para criação de uma cozinha industrial e na realização de atividades empreendedoras no segmento de confeitaria através de cursos gratuitos para os jovens e adultos da cidade de Poá.

10 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é composto pelos superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada.

Remuneração da administração:

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades

Durante o exercício de 2017, a remuneração do pessoal chave da Administração foi no montante de R\$ 7.329 (R\$ 8.907 em 2016).

11 Receitas com doações

	2017	2016
Contribuições	1.086.675	733.707
Doações Pessoa Física	139.129	601.670
Doações Pessoa Jurídica	62.177	-
Doações de Bens Imobilizados	125.095	-
Deduções da Receita	-	(3.528)
Outras doações	3.572	-
	<u>1.416.648</u>	<u>1.331.849</u>

12 Receita de projetos e patrocínios institucionais

	2017	2016
Consultoria em gestão operacional	422.250	129.000
Campanha publicitária para “Jantar dos Falcões”	202.000	175.000
Patrocínios	209.427	-
Aluguel de espaço e buffet para Jantar dos Falcões	55.204	68.680
Pesquisa de mensuração de impacto social	-	152.000
Peças de cenografia para jantar	-	119.600
Assessoria jurídica	-	32.000
Outros	46.155	42.911
	<u>1.026.318</u>	<u>719.191</u>

Eventos e Patrocínios

O Instituto Gerando Falcões tem a missão criar pontes de oportunidade para a periferia com as iniciativas sociais, realiza os programas, projetos e eventos, que são patrocinados por empresas que apoiam a atividades e a causa social. Em 2017, a Entidade realizou as seguintes iniciativas:

- **Jantar dos Falcões:** Anualmente a entidade realiza um jantar beneficente. Os convidados podem contribuir para a sustentabilidade de programas sociais da organização, que incluem jovens pelo esporte, arte, música, oportunidades de trabalho e renda. O evento também tem o objetivo de construir pontes entre o centro e a periferia, derrubando muros que impedem o crescimento de uma sociedade mais justa. A expectativa é reunir empresários e lideranças de vários setores para uma noite de colaboração e entretenimento.
- **Curso profissionalizante de Maquiadores:** A oficina de Maquiagem tem como objeto o empoderamento e capacitação das mulheres da comunidade, no intuito de proporcionar mais independência e gerar nova opção de renda financeira à elas. O curso é profissionalizante e lecionado por maquiadores profissionais, vindos da empresa Vult Cosmética, patrocinadora oficial da oficina.
- **Curso profissionalizante de Programação:** é a plataforma de qualificação profissional para jovens, implantada pela ONG na comunidade. O objetivo é reverter as estatísticas quanto a falta de profissionais na área de tecnologia no país. Confiante de que jovens da comunidade podem ocupar as vagas e conquistar o mercado, a organização social, em parceria com grandes empresas, qualifica estudantes entre 15 e 21 anos, com curso de programação que abrange a criação de aplicativos, jogos em 3D, programação em Java, além de incluir na grade aulas de empreendedorismo e de inglês básicos.
- **Oficinas culturais e Polo Esportivo:** O Polo Cultural do IGF promove atividades que, por meio dela, é possível salvar crianças e jovens das drogas e da criminalidade. As oficinas acontecem na escola municipal José Antônio Bortolozzo, no bairro Cidade Kemel, em Poá - SP.

13 Gratuidades e Voluntariados

Atendendo ao ITG 2002, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

	2017	2016
Voluntários	<u>7.329</u>	<u>8.907</u>
	7.329	8.907

14 Despesa com serviços de terceiros

	2017	2016
Serviços profissionais Pessoa Jurídica	245.374	58.296
Serviços profissionais Pessoa Física	42.620	118.214
Gastos com publicidade	<u>17.829</u>	<u>19.480</u>
	305.823	195.990

15 Despesas com materiais de consumo

	2017	2016
Alimentação	71.420	30.357
Materiais	17.078	59.216
Transporte	28.184	17.703
	116.682	107.276

16 Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários	162.376	144.916
Encargos	101.612	61.813
Vale Transporte	40.551	27.871
Cesta Básica	55.337	19.551
Férias	23.555	16.527
13º Salário	19.391	12.134
Outros	6.981	7.651
	409.803	290.463

17 Despesas com sede, administrativas e gerais

	2017	2016
Alimentação	94.379	-
Marketing	69.778	-
Manutenção e Conservação	72.973	63.981
Alugueis	50.252	41.240
Material de escritório	30.245	22.986
Serviços profissionais Pessoa Jurídica	27.386	84.941
Locação de Materiais	24.912	980
Veículos	20.829	-
Serviços profissionais Pessoa Física	17.500	40.041
Honorários de Contabilidade	17.134	33.364
Telefone e Internet	16.057	9.956
Viagens	9.913	2.463
Energia elétrica e Água	7.422	3.726
Correios	2.338	1.441
Depreciação	19.296	22.538
Depreciação (itens doados)	123.396	-
Multas	-	40.822
Honorários Advocatícios	-	20.421
Outras	35.849	9.048
	639.656	397.946

18 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

19 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2017 e 2016.

20 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir, na hipótese dos recursos de subvenção governamental utilizados para custeio das atividades da Entidade pudessem ser considerados como receita tributável, a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

* * *

Eduardo Lyra
Diretor executivo

Mayara Nassar Lyra
Diretor Administrativo Financeiro

Rogério Gerlah Paganatto
Contador CRC 1SP131987/0-3